



PERU

Decretado estado de emergência por 30 dias

Medida tem validade nacional para conter protestos que deixaram sete mortos, após detenção de Pedro Castillo. Ministério Público pede prisão preventiva de ex-presidente por 18 meses, sob as acusações de “conspiração” e “rebelião”, depois de autogolpe frustrado

» RODRIGO CRAVEIRO

Morador de Arequipa (centro-sul), o advogado Nelson Muñoz Mora, 37 anos, surpreendeu-se com o forte aparato de segurança na segunda maior cidade do Peru, pouco depois de o ministro da Defesa, Alberto Otárola, anunciar uma medida para tentar conter a violência desde a prisão do presidente golpista Pedro Castillo, em 7 de dezembro. “Acordou-se decretar estado de emergência em todo o país devido aos atos de vandalismo e violência, ao bloqueio de estradas e vias”, anunciou Otárola. A decisão terá validade de 30 dias.

“Até ontem (terça-feira), grupos de até 50 pessoas estavam mobilizados em diferentes pontos de Arequipa. Eles começaram a atacar lojas e a bloquear avenidas principais”, relatou Mora ao **Correio**. “Nesta quarta-feira, há poucos estabelecimentos comerciais abertos. Eles funcionam com grades, em meio aos temores de saques. Vejo policiais e militares em cada esquina.”

O advogado explicou que o estado de emergência começou a vigorar, primeiro, em Arequipa e em Cusco. “A presença do contingente das Forças Armadas e de policiais resguardando as principais artérias da minha cidade praticamente minou as manifestações”, disse Mora. Em seis dias de protestos, o Peru contabilizou sete mortos e 168 feridos, dos quais 26 permaneciam hospitalizados, ontem.

“Quero recordar que a decretação do estado de emergência significa a suspensão dos direitos de reunião, da inviolabilidade de domicílio, da liberdade de trânsito e de expressão”, declarou Otárola. Os distúrbios forçaram o fechamento dos aeroportos de Cusco, Puno, Arequipa e Apurímac. Antiga capital do Império Inca, Cusco recebe turistas estrangeiros e é a via de acesso para a cidadela de Machu Picchu.

Dina Boluarte, a ex-vice que assumiu a presidência depois da prisão de Castillo, propôs antecipar as

Diego Ramos/AFP



Soldados patrulham avenida importante de Arequipa, a segunda maior cidade, no centro-sul do país: Liberdades individuais ficarão restringidas

eleições gerais para abril de 2024 e, depois, para dezembro de 2023. “Legalmente, os tempos caberiam para abril de 2024, mas, fazendo reajustes ontem, conversando, estes podem ser antecipados para dezembro de 2023”, disse Boluarte. O Congresso se reunirá, hoje, para discutir a proposta.

O Ministério Público (MP) pretende manter Castillo em prisão preventiva por 18 meses. Ele responderá pelos crimes de “rebelião” e “conspiração”, depois que anunciou a dissolução do Congresso e acabou destituído pelos próprios legisladores.

Vice-presidente do Congresso e deputada do partido Fuerza Popular, Martha Moyano afirmou ao **Correio** que o estado de emergência deve ser analisado no contexto do autogolpe frustrado. “O presidente Castillo anunciou o fechamento do Legislativo e do Judiciário, além da reestruturação do

Poder Constitucional. Houve resposta imediata do Congresso, que o depôs. O ato do senhor Castillo é um delito, não está consagrado pela Constituição”, disse. “Nós, peruanos, temos enfrentado o terrorismo há anos. Durante o governo de Alejandro Toledo (2001-2006), muitos terroristas ganharam indulto. Criou-se uma organização de fachada, a Movadef, o mesmo Sendero Luminoso, que, nas últimas duas décadas, engajou-se em uma campanha ideológica. Com o poder vago, Castillo foi preso. Grupos que reclamam uma Assembleia Constituinte e estão ligados ao partido Perú Libre, de Castillo, iniciaram as manifestações.”

Libertação

Segundo Moyano, uma das agendas dos protestos envolve a libertação de Castillo. “Esses grupos, minoritários em algumas zonas,

começaram atos de vandalismo, com a queima de prédios do MP, tribunais, empresas e carros. Boluarte, do mesmo partido de Castillo, decretou o estado de emergência”, disse Moyano, ao classificar a medida como “necessária”. Ainda de acordo com a congressista, o MP solicitou que Castillo cumpra uma prisão preventiva. “O Congresso retirou-lhe o foro privilegiado. No Peru, as detenções preventivas são expedidas quando há risco de fuga. Isso se justifica pois Castillo tentou chegar à Embaixada do México para pedir asilo.”

Castillo recusou-se a participar de audiência virtual marcada para as 8h30 de hoje (10h30 em Brasília). “Já chega! Os abusos, humilhações e maus-tratos continuam. Hoje, voltam a restringir minha liberdade com 18 meses de prisão preventiva. Peço à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) que

interceda pelos meus direitos e pelos direitos dos meus irmãos peruanos que clamam por justiça”, tuitou o líder deposto.

“Houve distúrbios muito graves em meu país. Tivemos a ocupação de aeroportos, saques e ataques a emissoras de televisão. As autoridades têm o dever de restabelecer a ordem”, admitiu ao **Correio** José Rodolfo Naupari Wong, especialista em direito eleitoral e professor universitário. Ele avalia como “prudente” a decretação do estado de emergência. “É uma medida para desbloquear as rodovias, assegurar o funcionamento dos aeroportos e zelar pela segurança”, comentou.

Wong reforçou que o estado de emergência implica na supressão das liberdades. “Não é necessária autorização judicial para interrogar uma pessoa e levá-la presa em flagrante. Essas intervenções, porém, precisam responder ao princípio da proporcionalidade.”

Povo fala

Wikipedia



Martha Moyano, vice-presidente do Congresso da República do Peru

“O estado de emergência é a única maneira de a polícia e as Forças Armadas recuperarem a ordem pública. Alguns direitos passam a ser restringidos, efetivamente. Isso ajuda muito. No Peru, 70% dos trabalhadores são informais. Essa gente vive de seu próprio trabalho. As manifestações impediam que as pessoas chegassem aos seus locais de trabalho. Por isso, foi importante a presidenta Dina Boluarte ter tomado a frente da situação e decretado o estado de emergência.”

Arquivo pessoal



Nelson Muñoz Mora, 37 anos, advogado, morador de Arequipa (centro-sul)

“O estado de emergência é uma medida para reinstaurar a segurança. É importante para que a violência não se intensifique. O respeito ao princípio da autoridade exigia a intervenção das Forças Armadas. Sob esse cenário, será possível firmar acordos políticos sobre as mudanças que necessitamos, a fim de termos uma transição pacífica. Sabemos que o governo e o Congresso não concluirão o seu mandato.”

DIREITOS HUMANOS

ONU expulsa Irã de comissão sobre mulheres

No fim de setembro, Forouzan Farahani, 31 anos, ganhou as páginas dos principais jornais do mundo ao raspar o cabelo diante das câmeras, durante protesto contra o Irã, em Nova York. A ativista e pós-doutoranda iraniana experimentava, ontem, sentimentos contraditórios: alívio pela decisão da ONU de expulsar a República Islâmica da Comissão das Nações Unidas sobre a Situação das Mulheres (UNCSW) e preocupação com os sentenciados à morte por protestarem contra o regime. Ao todo, 29 dos 54 países-membros do Conselho Econômico e Social da ONU (Ecosoc) votaram a favor da remoção do Irã, 8 contra e 16 se abstiveram.

A expulsão — medida apresentada pela delegação dos Estados Unidos — dependia de maioria simples. Manifestações se espalharam pelo Irã desde 16 de setembro, quando a jovem curdo-iraniana Mahsa Amini, de 22 anos, morreu após ser espancada pela chamada “polícia da moralidade”. De acordo com a resolução do Ecosoc, Teerã “mina, continuamente,

e reprime cada vez mais os direitos humanos das mulheres e das meninas, incluindo o direito à liberdade de expressão e de opinião, muitas vezes com uso excessivo da força”. O texto também acusa o Irã de aplicar “políticas flagrantemente contrárias” aos direitos humanos e ao mandato da comissão e denuncia “o uso de força letal que resulta na morte de manifestantes pacíficos, incluindo mulheres e meninas”.

“Foi perturbador ver quando a República Islâmica ganhou um assento nessa comissão. Depois de muitas vidas levadas, o mundo reconheceu que o Irã não merecia essa cadeira. Estou feliz em ver a sua remoção”, celebrou Forouzan, em entrevista ao **Correio**. Para ela, a decisão envia uma mensagem às autoridades de Teerã de que a comunidade internacional as observa e não aceita o modo como tratam as mulheres.

Por sua vez, Mahmood Amiry-Moghaddam — diretor da organização não governamental Iran Human Rights (IHR) — não escondeu a alegria com a decisão da ONU. “Estou feliz que o

Yuri Iwamura/AFP



Países do Conselho Social e Econômico das Nações Unidas votam, em NY

regime que trata as mulheres como pessoas de segunda categoria e comete violência sistemática contra elas não esteja mais sentada naquela comissão. Na verdade, ele nunca pertenceu a ela”, disse à reportagem.

Pena capital

Mais de 20 iranianos correm o risco de execução na força, incluindo 11 condenados à pena de morte por protestarem contra o regime. Entre eles, estão o rapper

Toomaj Salehi, 32 anos, e o jogador de futebol profissional Amir Nasr Azadani, 26. Salehi foi acusado “unicamente pelas críticas feitas em sua música e nas redes sociais”, segundo a organização não governamental Anistia Internacional. Azadani foi condenado pela morte de três seguranças na cidade de Isfahan, em novembro.

“A pena de morte é a ferramenta mais importante do regime iraniano para espalhar o medo”, lamentou Amiry-Moghaddam. “As atuais execuções são uma clara escalada da violência usada contra os manifestantes. Depois de matar civis nas ruas, agora eles matam os prisioneiros.” Forouzan considerou “ultrajante” a aplicação da pena capital, muitas vezes sem o devido processo legal. “Eles tentam enviar a mensagem de que não têm piedade e querem deter a revolução criando medo. Isso mostra que o regime não tem a intenção de reduzir o risco de execução na força, incluindo 11 condenados à pena de morte por protestarem contra o regime. Entre eles, estão o rapper

Eu acho...



Peter Berntsen/AFP

“A expulsão do Irã da Comissão das Nações Unidas sobre a Situação das Mulheres (UNCSW) é um ato simbólico, mas também importante. Mostra a redução da tolerância da comunidade internacional por um regime que ela tem suportado por muito tempo.”

Mahmood Amiry-Moghaddam, diretor da organização não governamental Iran Human Rights (IHR), em Oslo